
DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN, GENERAL DA
FORÇA AÉREA PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO
BRANCO, NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO
CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1988

Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN, GENERAL DA
FORÇA AÉREA PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO
BRANCO, NA CERIMÓNIA SOLENE DE ABERTURA DO
CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1988

Encotramo-nos, hoje e aqui, reunidos em cerimónia protocolar, correspondente à Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional de 1988.

O Curso, na sua 10.ª edição, não esgota senão uma parte, embora a mais significativa, das tarefas e das responsabilidades cometidas ao Instituto da Defesa Nacional.

Sendo este a entidade oficial especificamente criada e credenciada para contribuir na promoção do robustecimento de um autêntico espírito de defesa no consciente nacional, a sua actividade terá por fronteira uma disponibilidade de recursos e por tipologia uma ordenação de prioridades meditadamente exequíveis.

Daqui resultou, faz um ano, o anunciado propósito de uma dedicação mais atenta à nossa Juventude e à sua sensibilização para a importância e o significado dos valores nacionais; de uma preocupação latente pela identificação dos factores capazes de influenciar, externa e internamente, a prossecução dos nossos interesses; de um suporte concreto à dinamização reflexiva sobre o vector cultural do poder nacional; de um melhor aproveitamento do saber e da criatividade, com incidência na investigação em assuntos relativos à defesa; e de consistente apoio aos segmentos da comunicação humana que são veículo fundamental para o esclarecimento e motivação da opinião pública, sobre a temática da defesa e da segurança.

É altura, por dever que não por hábito, de dar testemunho daquilo que foi conseguido e de contrição sentida pelo que ficou por fazer.

Contactou-se a Juventude, em ensaios aos níveis secundário e superior, e iniciou-se um processo de formação de docentes, nos cursos de defesa nacional, tendo em vista facultar, ao sistema educativo, um meio eficaz de mais directamente levar, aos bancos das escolas, a semente dos ideais nacionais.

Desenvolveram-se encontros vários e criou-se vínculo activo a jornadas, tanto no Instituto como no exterior, cuja finalidade primeira consistiu na análise das nossas potencialidades e vulnerabilidades face ao grau de inteli-

gibilidade de compromissos assumidos e à valorização dos interesses nacionais que lhes terão de estar ligados.

Para o efeito, congregou-se muito da inteligência da Nação, estabeleceu-se o diálogo com a diplomacia, auscultou-se o sistema produtivo, ouviu-se a opinião de personalidades estrangeiras convidadas e ofereceu-se colaboração a outros organismos e instituições, em idênticas medidas avançadas.

Consoante foi possível, levou-se a divulgação das matérias, aqui debatidas, às nossas populações, no continente e nas ilhas, com a certeza de que a interiorização dos conceitos implícitos se transformará em factor multiplicativo da coesão nacional.

Deu-se começo a um projecto de tratamento dos mesmos temas junto dos órgãos de comunicação social, regional e local, na quadrícula mais alargada do País, cientes do papel importantíssimo que lhes compete na formação dos sentimentos dos portugueses, cujo somatório representará o verdadeiro pulsar nacional.

O balanço, ainda que manifestamente positivo, não satisfará totalmente quem reclame, para os seus actos, mais e melhor.

E esta será, porventura, a mentalidade de todos os que trabalham e dos muitos que desinteressadamente colaboram, com o espírito cívico de prestação de um dever nacional, nas acções empreendidas.

Contudo, por simples questão de honestidade intelectual, deveremos reconhecer, no conjunto das intenções enunciadas e para além da constância de algumas, uma duração prolongada na maioria das restantes.

Manteremos os propósitos, apostados em atingir os superiores objectivos perseguidos.

No âmbito dos preceitos orgânicos que regem o Instituto, houve, ainda, a oportunidade de conceder, à área militar, o tradicional contributo na preparação de quadros e no aperfeiçoamento de doutrina comum aos três ramos das Forças Armadas.

Por aqui passaram, durante cinco semanas, os futuros generais e almirantes, frequentando o Estágio Inter-Forças que versou a Cooperação Civil-Militar e o Planeamento Civil de Emergência.

Ao mesmo tempo teve lugar, pela primeira vez, o Estágio de Estados-Maiores Conjuntos, destinado a oficiais superiores de terra, mar e ar.

Os resultados práticos imediatos de ambos os estágios, no campo operativo, situar-se-ão, certamente, aquém do pretendido, mas sobreleva-lhes, de

forma eloquente, o benefício adquirido de uma relação interpessoal que não se esbaterá com o tempo, fruto de vivência conjunta, de acontecimento cada vez mais esparso, entre homens que respondem por um mesmo objectivo último.

Também as instalações foram cedidas, regularmente, às Forças Armadas, com realce para reuniões internacionais do foro técnico e científico, sob os auspícios da OTAN.

No campo da colaboração com outros organismos nacionais em aprofundamento de questões relacionadas com a defesa, merece particular destaque o entrosamento de complementaridade que se vem ampliando com a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, nas diversas vertentes em que funciona e através de incondicional doação dos seus membros, os quais representam, já, um muito alargado espectro da vida nacional.

Ao longo do passado ano académico foi o Instituto visitado pelos cursos de quatro colégios de Defesa estrangeiros, facto que, para além de relevante, permitiu um proveitoso esclarecimento das realidades portuguesas nem sempre bem conhecidas.

Entretanto, firmaram-se relações de privilégio com a instituição oficial congénere de Espanha, estando já programado um intercâmbio no domínio do estudo e da investigação, envolvendo a Universidade, e a concretizar em 1988.

Com idêntica orientação se tomou, em paralelo, a decisão de estreitar o elo institucional com a escola irmã do Brasil, tentando preencher uma lacuna evidente e mutuamente reconhecida.

A resenha do nosso labor fica assim feita.

Que os resultados nos permitam um recolhimento diário, com a consciência tranquila da missão cumprida.

Uma tranquilidade de espírito e uma satisfação como as que nos conduzem, neste momento, a uma menção especial ao facto inédito de termos hoje, connosco, gente nortenha nesta sessão.

Após 11 anos de vida do Instituto, salientava-se por demais imperativo que o Curso de Defesa Nacional se não restringisse a residentes em Lisboa.

Uniram-se as vontades, e a extensão do Curso ao Porto acaba de arrancar.

Os seus 20 primeiros auditores estão hoje neste anfiteatro, acompanhados pelas entidades locais que impulsionaram o evento.

Nas 33 semanas que irão seguir-se, muitas serão as ocasiões para encontro e trabalho conjugado com os auditores de Lisboa.

Seja-me permitido reservar, para o final, um juízo crítico fundamentado acerca da mais-valia obtida.

Por agora, as nossas saudações de boas-vindas a esta Casa, que é de todos os portugueses, e um sincero agradecimento àqueles que nos animaram e se hipotecaram em dar corpo à ideia que lançaram.

Senhores auditores do Curso de Defesa Nacional de 1988:

A nossa vida, individual e colectiva, decorre, de forma constante, em ambiente naturalmente adverso, pleno de contrariedades, de escolhos e dificuldades a vencer.

Este quotidiano, que tudo caracteriza e a todos envolve, representa um cenário real que é o de uma adversidade sempre susceptível de gerar, ou de se transformar, em conflito, embora este igualmente passível de evitar-se.

E residirá justamente aqui o ponto fulcral onde centrar a nossa atenção, olhando o que nos rodeia sob uma perspectiva optimista de resposta permanente ao elemento contrário, em vez de admitirmos, à partida, a postura pessimista, mais limitativa, senão anquilosante, de vida, num mundo de explosiva conflitualidade.

Um tal cenário de adversidade constituir-se-á, assim, na razão da própria defesa, protegendo-se melhor quem mais apurada possuir a sensibilidade do adverso.

Defesa, no limiar da excelência, traduzir-se-á em acto automático, mas necessariamente inteligível, de preservação da capacidade de viver e de sobreviver em projecção.

Acto despertado por mecanismos de segurança que não nascem espontaneamente, mas resultam, antes do mais, de um vislumbre integrador e harmonizador de vontades, conducente a uma sobrevivência soberana, num concerto de interdependências, recheado de adversidades. A autodefesa, que é do que se trata, será, portanto, tarefa do todo, convenientemente organizado, esclarecido e orientado, para a construção de um destino histórico comum.

Começará, no nosso caso, por cada um se identificar como Português em Portugal, para se sentir Português, projectando Portugal neste Mundo.

Para isso, haverão de antecipar-se as respostas convincentes e eficazes que as contrariedades exigirem, sob pena de se poder desenhar um perigoso esmorecimento nacional do ser Português.

Tais respostas, alicerçadas em qualidade, antevêm-se produto de um projecto inovador de recriação própria nacional, que faculte o entendimento correcto não só das contrariedades que se nos oponham, mas também, e principalmente, da singularidade e da originalidade que nos caracterizam.

Somos um país pequeno e periférico, mas que, por via da inteligência, acumulou um historial de múltiplos saberes interfaciais, em contactos e confrontos culturais com civilizações tão poderosas quanto antigas.

Reproduzimos uma Nação que, ao longo dos séculos, apreendeu e divulgou o primado do Homem sobre a Sociedade, recusando a subjugação do Homem pelos mais fortes.

Possuímos identidade própria que nos advém de uma cultura nacional, talvez ímpar, no orgulho e no respeito pelo direito à diferença.

Se quisermos perdurar, honrando a imagem do que fomos, não poderemos alhear-nos da dignificação e salvaguarda da matriz da cultura portuguesa que deu novos mundos ao Mundo.

Somos originais e singulares e, como tal, o deverá ser essa defesa, que é a nossa.

Uma defesa singular e original, à nossa altura, face à nossa própria circunstância, no entendimento profundo da função internacional de Portugal no universo de relacionamentos em que se enquadre.

Defesa que beneficie das capacidades das nossas inteligências, vocacionadas que estejam para servir a Nação, antes dos seres ou dos grupos.

Autodefesa em que todas as pessoas, preparadas para enfrentar os Adamastores deste Mundo, estejam identificadas com tal serviço e prontas a satisfazer um dever que é nacional, satisfazendo o ego, em simultâneo.

A nossa defesa, original e singular, terá, deste modo, que passar por um trabalho sistemático de reanimação da nossa cultura, valorizando uma História, uma Língua e um Território, com as forças adequadas às conjunturas de afirmação nacional, tanto a nível interno como nos quadros regional, europeu ou mundial.

Teremos, por certo, que possuir os meios mínimos de autodefesa, aptos a justificarem a nossa autonomia.

Haveremos nos proclamar Portugueses em Portugal, recorrendo aos meios possíveis, dentro da riqueza disponível, e utilizando-os com a priori-

dade e a lógica convenientes, na esperança de dispormos, num futuro, do ideal.

Mas Portugal sobreviveu, sempre, por força das vontades e da inteligência.

Nelas está o cerne da defesa nacional, individual e colectiva.

A defesa dos nossos interesses, que têm de assentar na defesa dos nossos valores, residirá, acima de tudo, na valorização de inteligências a motivar, a privilegiar e a reter.

Em paralelo com a retoma nacional, pela capitalização e pela confiança, acresce, como fundamental, um projecto nacionalizante de cerebração, profundo e moroso, mas frutífero e gratificante.

Estamos, nesta Casa, empenhados em dar resposta, na parcela que nos cabe, à missão de promover um consciente colectivo, sensível aos problemas que envolvem o Portugal de hoje, optimizado das idiossincrasias que o passado nos legou e fortalecido com uma vontade e um querer que propiciem o destino que se deseja edificar.

É esse o fio condutor da variedade de acções desenvolvidas e programadas, em consumo equilibrado, mas exaustivo, dos recursos atribuídos.

Vai nesse sentido a filosofia subjacente ao Curso a que hoje, formalmente, se dá início.

A informação e os conteúdos que se pretende ele reproduza, conferirão, aos seus auditores, a dimensão generalista, de qualidade, dia-a-dia mais escassa numa sociedade que tende a exaltar o indivíduo especializado.

Sem generalizadores, os únicos capazes da resposta qualitativa e, portanto, de orientar e de coordenar o especialista, não existirá verdadeira organização, comprometendo-se o factor eficiência.

Organizar significará multiplicar, exponenciar, potenciar.

É o que se espera de uma defesa colectiva nacional, em torno dos valores existentes.

«Nos Caminhos da Nação», lema que a nós mesmos dá caminho, orientaremos os esforços para que esse objectivo se alcance.

12 de Novembro de 1987.

Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

General da Força Aérea
Director do IDN